



NEGROS

Dívida de sangue

Fundação Palmares pesquisa hábitos e origem de moradores de antigos quilombos para dar terra a herdeiros de escravos

▲ **FÉ SECULAR**
Os moradores do Kalunga, em Golás, rendem homenagem à Nossa Senhora d'Abadia, em Vão de Almas, há mais de 100 anos. Os mais velhos contam que a imagem da santa foi achada onde hoje existe uma pequena igreja sem janelas e bancos

Maria José Gomes, 51 anos, mora com a família na antiga casa-grande da Fazenda Frechal, uma construção de 1792 erguida no interior do Maranhão pelo português Manuel Coêlho de Souza. Suprema ironia, Maria José caminha hoje por entre os longos corredores da mansão onde seus ancestrais, escravos, não tinham permissão para entrar. Os moradores mais velhos contam que o casarão abrigou um porão onde negros eram submetidos a castigos físicos. Maria José não se deixa impressionar com as histórias de espíritos de escravos açoitados que andariam durante a noite pela imponente construção. Mítico ou real, esse porão aterrorizava as centenas de escravos da

senzala, entre eles os antepassados do sogro de Maria José, Durvalino Gomes, 90 anos, hoje o mais antigo morador do local. O pesadelo converteu-se em coragem, força motriz de alguns dos escravos que conseguiram burlar a implacável vigilância dos feitores e se refugiaram na mata próxima. Ali, formaram os quilombos que, por um extraordinário senso de organização comunitária, sobreviveram aos senhores dos escravos e engoliram a própria casa-grande, o símbolo de um dos capítulos menos edificantes da História do país.

Para reconstituir a trajetória épica desses negros que se arriscaram pela liberdade, a Fundação Cultural Palmares, entidade ligada ao Ministé-

rio da Cultura, iniciou um projeto ambicioso: descobrir quem são os verdadeiros descendentes de quilombolas, designação dada pelos historiadores dos moradores em quilombos. É uma tarefa e tanto. No caso do Frechal, por exemplo, os detalhes dessas histórias estão na memória de Durvalino, mas não é fácil extraí-las em uma conversa. Sentado sob o cajueiro em frente à casa, ele tergiversa. Alega estar com a cabeça fraca e não se lembrar de muitas coisas contadas pela mãe escrava. Na verdade, ele aprendeu a ficar calado quando o assunto é escravidão. "A gente não podia falar que era descendente de escravo liberto ou fugido", conta Durvalino, arregalando os olhos tomados pela catarata. "As pessoas diziam que éramos filhos de ladrão."

Com a lei do silêncio, os meios para conhecer a origem dos escravos que vieram para o Brasil resumem-se aos registros dei-

xados pelos brancos. Eles dão conta, por exemplo, de que negros de diferentes culturas tinham de conviver uns com os outros. Foram obrigados a adotar o catolicismo como religião para fugir dos sofrimentos a que eram submetidos por serem escravos. A múltipla convivência dentro das senzalas era uma engenhosa manobra do sistema para evitar rebeliões, deflagradas, em geral, por grupos com afinidades e objetivos comuns. Tal mistura privou os escravos de sua identidade nacional, e esse elo permanece perdido até hoje. "Não adianta ter livros porque não sei ler, mas quero conhecer minha raiz", diz Aureliano Ferreira de Castro, de 66 anos, morador do quilombo Kalunga, no norte de Goiás, próximo à fronteira com o Tocantins. Ele conseguiu saber um pouco do período escravagista ouvindo relato gravado por um amigo em fita cassete.

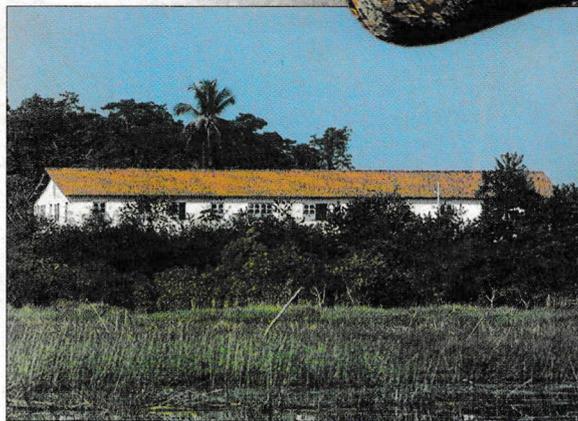
Se dependesse dos historiadores, Aureliano ouviria mais perguntas que respostas. "É claro que não sabemos de onde vieram todos os negros", afirma Alberto da Costa e Silva, embaixador do Brasil na Nigéria e em Bênin entre 1979 e 1982 e que estuda o tráfico de escravos desde os 15

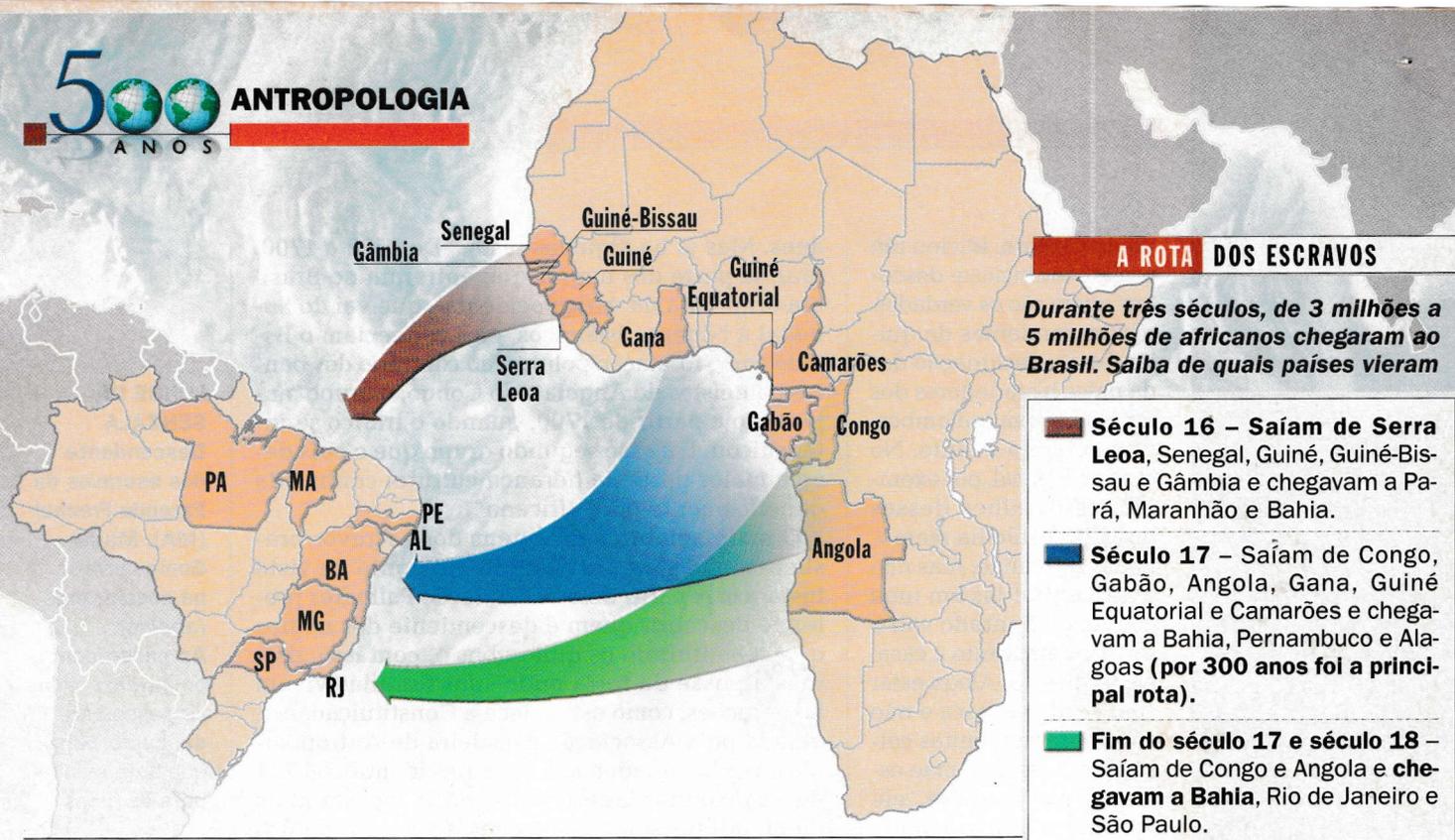
anos. Mas já há algumas pistas. De 1532 a 1700, grande parte dos negros que entraram no Brasil era originária da África ocidental, que vai do Senegal à Nigéria. Islâmicos, eles conheciam o Estado como formação política, ao contrário dos bantos politeístas de Angola e do Congo, o grupo majoritário a partir de 1700, quando o tráfico se intensificou. É a esse segundo grupo que o país deve a maior parte da herança cultural conhecida genericamente por "africana".

O rastreamento das origens dos escravos brasileiros não será útil somente do ponto de vista histórico. A partir dele, a Fundação Palmares pretende descobrir quem é descendente dos negros que constituíram os quilombos e, com isso, dar-lhes a posse da terra onde suas famílias vivem há gerações, como estabelece a Constituição. Auxiliada pela Associação Brasileira de Antropologia e por historiadores, a Palmares identificou 724 dessas comunidades rurais, onde moram mais de 80 mil pessoas. À exceção do Acre e de Roraima, os remanescentes estão espalhados em pequenos núcleos por todo o país.

Há historiadores que se arrepiam com tais descobertas. Os estudiosos acreditam que o estágio da historiografia brasileira e as pesquisas sobre a escravidão ainda não permitem o mapeamento preciso das comunidades negras remanescentes de quilombos entre nós. "Em muitos casos, reivindicar uma origem quilombola é um meio de se ter acesso à propriedade", diz Manolo Garcia Florentino, de 41 anos, professor de História da Universidade Federal do Rio de Janeiro e autor de quatro livros sobre a história da escravidão nas Américas e na África. "E, aí, não importa muito se os laços com as antigas comunidades quilombolas são reais ou putativos", completa. Para os quilombolas não há dúvida sobre quem tem direito à terra. "Se meu avô ►

LONGE DA SENZALA
Descendente dos escravos da Fazenda Frechal (MA), Maria Gomes vive na casa-grande (abaixo). Aprendeu com os antepassados os passos da dança do Congo, que hoje ensina para as filhas





A ROTA DOS ESCRAVOS

Durante três séculos, de 3 milhões a 5 milhões de africanos chegaram ao Brasil. Saiba de quais países vieram

- **Século 16** – Saíam de Serra Leoa, Senegal, Guiné, Guiné-Bissau e Gâmbia e chegavam a Pará, Maranhão e Bahia.
- **Século 17** – Saíam de Congo, Gabão, Angola, Gana, Guiné Equatorial e Camarões e chegavam a Bahia, Pernambuco e Alagoas (por 300 anos foi a principal rota).
- **Fim do século 17 e século 18** – Saíam de Congo e Angola e chegavam a Bahia, Rio de Janeiro e São Paulo.

PRECONCEITO

O mais antigo morador da Fazenda Frechal (MA) guardou por décadas o segredo de ter mãe e avós escravos. Para os brancos, Durvalino Gomes, 90 anos, era filho de ladrões

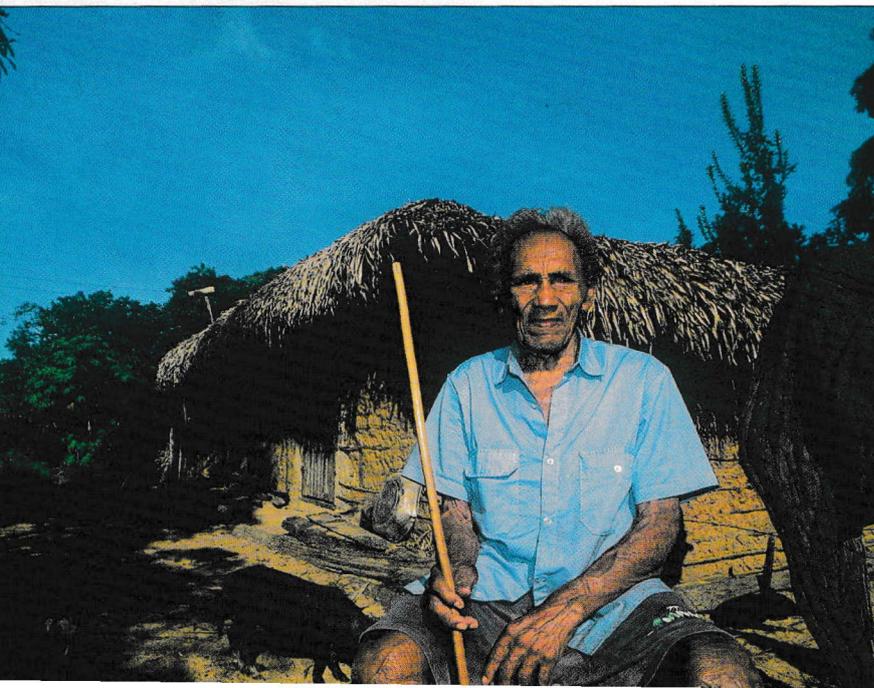
era um quilombola, então eu tenho direito ao título de posse”, define Ivo Fonseca, líder do Frechal, segundo relato do antropólogo José Jorge de Carvalho – que conseguiu comprovar a origem escrava dos moradores de Rio das Rãs, na Bahia.

A posse do pedaço de chão é, no entender dos descendentes dos escravos, o mínimo que os brancos podem fazer para indenizá-los. “Somos todos filhos de um passado cruel”, afirma o agricultor Francisco Noel Jesus, sem esconder um ressentimento comum nos quilombos, razão pela qual as comunidades permanecem isoladas do mundo branco, como nos primeiros tempos. “Não há nada para se comemorar nesses 500 anos”, diz Jesus.

O distanciamento alimenta crenças centenárias: os 3 mil moradores das comunidades kalungas em Goiás, por exemplo, acreditam que seu sangue carregue a marca dos 300 anos de escravidão no país. Prova disso teve o cardiologista Paulo César Veiga Jardim. Em visita ao Kalunga, na década de 80, com um grupo de antropólogos, Veiga Jardim decidiu realizar exames de sangue para verificar se os moradores tinham doença de Chagas. Já havia coletado amostras de 15 pessoas quando um líder local perguntou em tom pouco amistoso: “Você quer descobrir quem entre nós é escravo?”. Veiga Jardim tentou explicar que a escravidão não é herdada pelo sangue, mas não houve acordo: teve de interromper o trabalho.

Era o primeiro contato formal da maioria dos negros do Kalunga com médicos e antropólogos em 200 anos. Hoje, a tensão permanece. “As pessoas não gostam de nós. Somos pobres, analfabetos e negros”, afirma Procópio dos Santos Rosa, 66 anos – que, como as demais mulheres do Kalunga, só teve permissão para sair dos limites do quilombo, encravado entre serras e rios no norte do Estado, a partir do final dos anos 80. “Quando a abolição da escravatura completou 100 anos, em 1988, houve quem acreditasse na volta da submissão do negro”, afirma o kalunga José Pereira Dias, ex-vereador do PMDB.

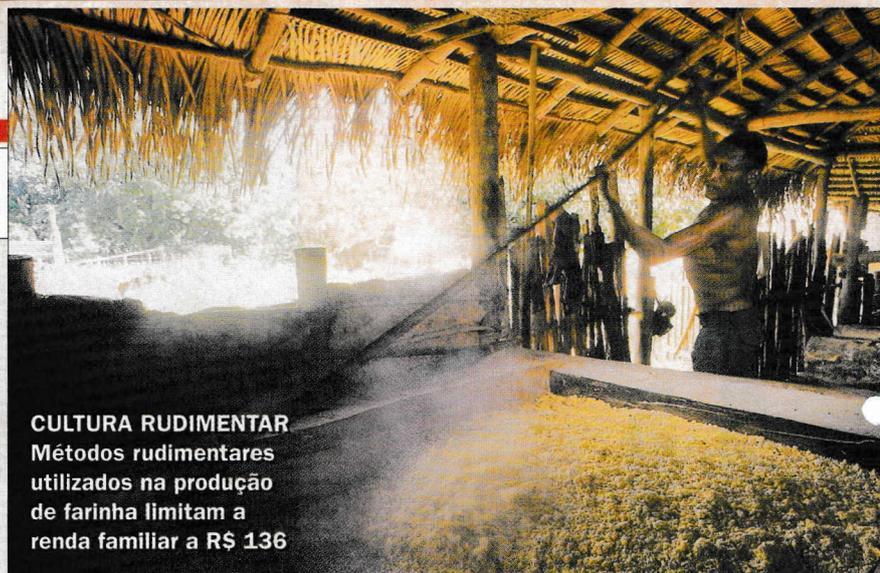
Erguida essa muralha silenciosa, os contatos da comunidade Kalunga com os municípios mais próximos se limitam às necessidades de abastecimen-



IMERSÃO SONORA
Aureliano de Castro orgulha-se de descender de escravos, cuja história ele, analfabeto, aprendeu ouvindo gravações

to. Em geral, os kalungas praticam o escambo, como os antepassados, trocando produtos agrícolas por roupas e utensílios domésticos. O isolamento impede que hábitos e costumes herdados dos fundadores dos diversos remanescentes do país sejam modificados. Nas festas religiosas, os mais velhos cantam ladainhas misturando o latim ao português. Não entendem o conteúdo da reza. Repetem as orações reproduzidas por seus ancestrais. Essas festas também ajudam a fortalecer as relações sociais. No mês de agosto, a comunidade Kalunga, por exemplo, se encontra no Vão de Almas – um dos três aldeamentos em que se acham estabelecidos – para homenagear o Império do Divino Espírito Santo e Nossa Senhora d'Abadia. É nesse período que os parentes distantes se reencontram. Os negócios são fechados. As conversas atualizadas. Nesse clima de festa o sincretismo religioso alcança seu auge.

Vão de Almas, segundo os historiadores, é o sítio onde se formou o primeiro núcleo dos kalungas, motivo suficiente para que os quilombolas o considerem um "espaço africano". Não é de se estranhar, portanto, que as missas católicas ali celebradas regularmente sejam encerradas com batuques africanos. A batucada atrai os mais jovens. Namoros se iniciam e assim se perpetua um costume secular. Os casamentos entre quilombolas costumam unir pessoas de uma mesma família, característica de sociedades ultrafechadas, e repetem um processo que é a base da consolidação da comunidade. "Não há uma lei que determine a prática", diz o solteiro Ivo Fonseca, de 36 anos, do Frechal. "Mas, quando eu for casar, talvez procure alguém da comunidade", afirma ele, rendendo-se à tradição de consangüinidade. ▶



CULTURA RUDIMENTAR
Métodos rudimentares utilizados na produção de farinha limitam a renda familiar a R\$ 136

A luta diária pelo pão

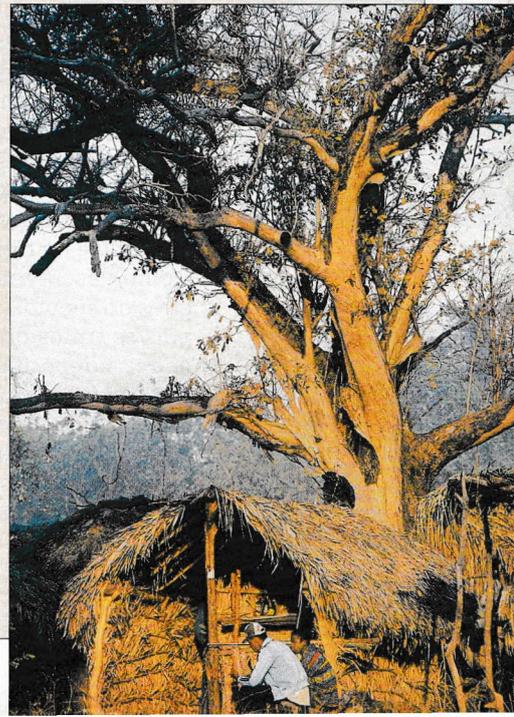
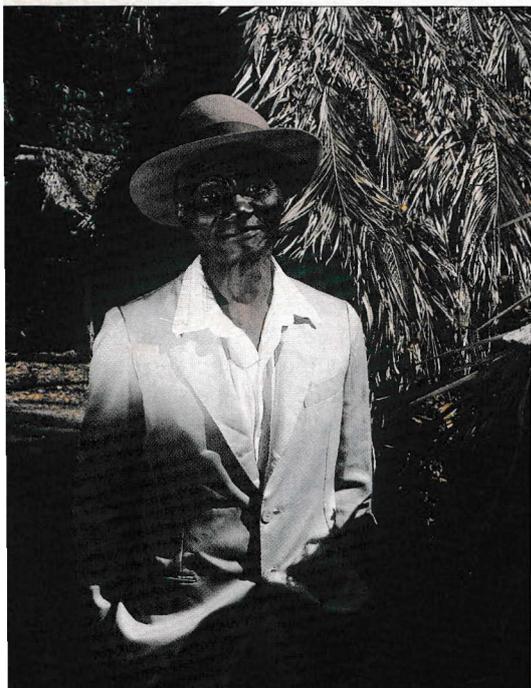
Pequenos prazeres amenizam a árdua rotina dos quilombolas

Os quilombolas levam uma vida sem conforto. Às primeiras horas da manhã, a claridade atravessa as cortinas de vime das casas de barro e tira todo mundo da cama. O fuso é diferente do urbano. As refeições são servidas bem cedo, especialmente o jantar. Antes de se deitar em redes, os descendentes de escravos fumam cigarro de corda e bebem catuaba. Em geral, as moradias, com telhado de palha e sem banheiro, são pequenas, reflexo dos tempos em que o tamanho das construções dependia da quantidade de material que os fugitivos conseguiam obter.

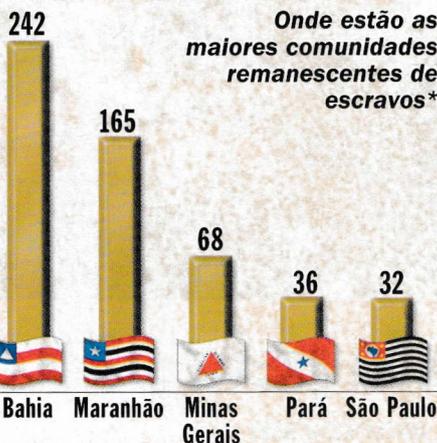
O dinheiro curto e a família numerosa – com seis filhos, em média – inviabilizam a construção de casas de alvenaria. A agricultura, amparada em métodos arcaicos, rende a cada família R\$ 136 mensais. A tecnologia rasa impede, por exemplo, um melhor resultado na elaboração da farinha de mandioca. Cozida em grandes fornos à lenha, é dura e encaroçada.

Em busca de melhor renda, os quilombolas têm diversificado a produção agrícola tradicional – arroz, feijão, milho e mandioca. São produzidos 100 litros de mel por mês na Fazenda Frechal. Antes, era vendido aos moradores do município de Mirinzal, a R\$ 10 o litro. Hoje o produto já chega às prateleiras do salão de beleza Shampu na capital, São Luís. E sua venda dá lucro. Cada um dos oito apicultores ganha R\$ 200 líquidos por mês. ■

PRIVACIDADE
A proximidade entre os barracos cobertos com palha não dá ao morador o direito de se intrometer na vida do vizinho



A DIÁSPORA NEGRA



Onde estão as maiores comunidades remanescentes de escravos*



ATIVIDADE EXTRA-CLASSE
Vigiada por borboletas amarelas, Luana banha-se no Rio Uru após aprender o alfabeto

Petição essencial

Moradores reivindicam condições básicas de subsistência

Os pequenos alunos da escola do Frechal no Maranhão deixam a sala de aula quando a tarde desponta na fazenda. Luana Stefani Barbosa, 7 anos, e seus colegas vão direto para o Rio Uru. Divertem-se nas águas claras do riacho e deixam para trás as lições aprendidas pela manhã. São crianças privilegiadas. Conhecem as vogais e consoantes que compõem o alfabeto. Estão fora da triste estatística sobre o analfabetismo entre os 80 mil quilombolas. Cerca de 98% deles não sabem escrever o próprio nome. Um acordo firmado no final de agosto entre a Fundação Cultural Palmares e a Comunidade Solidária vai tentar baixar esse índice. Mil quilombolas de Goiás, Pará, Pernambuco e Maranhão farão um curso de alfabetização a partir de dezembro.

O acesso à educação está numa longa lista de reivindicações dos descendentes de escravos. "Queremos nos desenvolver. Não quero viver isolada", diz Procópio dos Santos Rosa, dos kalungas. Por "desenvolvimento" entenda-se ter energia elétrica, escola e uma estrada para o "médico aparecer de vez em quando". Procópio está entre os 15 milhões de brasileiros que vivem quase no breu. Lamparinas, artigo doméstico fundamental entre os quilombolas, amenizam a escuridão. A luz amarela da candeia ilumina a cozinha na hora de fazer o jantar. Mas impede que o arroz fique limpo. Frechal se diferencia. Postes de energia elétrica levam luz para as 180 famílias da fazenda há um ano. Desde então, o cotidiano da secular comunidade foi alterado. Um aparelho de 20 polegadas, no centro da sala, distrai a família de Maria José Gomes. A imagem projetada pela televisão é ruim, toda chuviscada. Os Gomes não se incomodam. Sentados num banco de madeira, só vão dormir depois da novela. Curtem figuras distorcidas geradas graças à energia elétrica. ■

BOA ALIMENTAÇÃO
Os quilombolas usam pouco sal e gordura. O prato predileto é o peixe enrolado na folha de bananeira. Substituem-se as vísceras por cebola, tomate e pimentão. É assado numa grelha sob o fogão de barro

O forte vínculo familiar garantiu ainda a construção dos primeiros núcleos dos quilombos. As casas foram erguidas umas próximas às outras, formando vilas que hoje são o centro das comunidades e de onde emana toda a organização local. A iniciativa privada é incipiente. Como para toda regra há uma exceção, moradores da comunidade Mandira, em São Paulo, conseguiram algo raro. Desde 1994, recebem patrocínio da multinacional Shell e da Secretaria do Meio Ambiente do Estado para melhorar a coleta das ostras em Cananéia, no litoral sul do Estado. A Cooperativa de Produtores de Ostras de Mandira já recebeu R\$ 126 mil da multinacional petrolífera e do órgão estatal. O Ministério do Meio Ambiente ainda investiu US\$ 180 mil para a construção de uma estação depuradora dos moluscos. O dinheiro melhorou o cotidiano dos cerca de 100 moradores, descendentes de um quilombo do século 18. A produção média mensal de ostras saltou de 35 mil dúzias, na década de 70, para as atuais 76 mil dúzias.

Em geral, acontece o contrário. Os quilombolas recebem pouca ajuda e orientação. A maioria vende parte de sua produção agrícola comunitária em feiras, como acontece em Teresina de Goiás, cidade próxima ao Kalunga. Mas a socialização do trabalho e da riqueza ainda é o pilar do quilombo. Como descreveu um surpresa observador português do século 17, "entre eles nada é de ninguém, pois os frutos do que plantam e colhem são obrigados a depositar às mãos do conselho, que reparte a cada um o quanto requer seu sustento". O observador de antanho não imaginava, porém, que esses rudimentos de socialismo iriam garantir a sobrevivência dos escravos a seus senhores e às reviravoltas de uma história que agora começa a ser desenterrada. ■

PATRICIA CERQUEIRA
E LULUDI (FOTOS)

